

DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUAS E LITERATURAS

O entrelace entre Decolonidade, Educação e Ensino de Línguas e Literaturas, proposto no presente número da *Revista Leia Escola*, aproxima objetos de estudos, por vezes, distantes em razão, sobretudo, dos limites da disciplinaridade científica. Esta abertura transdisciplinar para a discussão sobre decolonidade nos campos mencionados conduz à descoberta das raízes da legitimidade de processos próprios das relações escolares e não-escolares – não isentas do marco do capitalismo globalizado, colonial e eurocentrado (QUIJANO, 2005). A epistemologia decolonial baseia-se na lente múltipla para a percepção do mundo, sendo este um lugar constituído pelo poder hegemônico e por relações humanas assimétricas e de dominância.

As teorias pós-coloniais contestam o padrão normativo e dominante das formas de ser, conhecer e saber e isto precisa ser praticado no ambiente escolar, uma vez que a colonialidade se faz presente em diferentes estâncias educacionais como no currículo, em livros, na formação docente, nos padrões estéticos e comportamentais, no senso-comum. A perspectiva decolonial parte do pressuposto de que a partir da visibilidade das vozes e dos sujeitos excluídos, marginalizados e ignorados nas/das relações escolares, é possível identificar o poder dominante e as formas de socialização operantes. Quijano (2005), por exemplo, argumenta que determinados grupos, dominados no processo histórico de colonização, foram colocados em posição de subalternidade e, conseqüentemente, há a naturalização da inferioridade de indivíduos, sendo essa manifestação atribuída a determinados traços fenotípicos (como etnia, gênero, deficiência etc.), bem como a redução do valor de referências subjetivas, intelectuais e culturais dos povos colonizados. Na escola, muitas vezes, se incorpora a mesma lógica da inferiorização, visto que, as relações escolares são sociais e, portanto, constituem-se em campo de força que corrobora a dicotomia entre dominador e dominado.

O projeto pedagógico decolonial busca, deste modo, combater o pensamento eurocêntrico sobre classe, gênero, etnia, deficiência, sexualidade e outras marcas identitárias. Essa é uma pauta emergente, uma vez que, segundo Costard (2018), a educação básica e os programas de formação dos professores ainda se baseiam em teorias eurocentradas e na transferência de políticas e de modelos educativos impostos pelo poder das grandes potências econômicas. Assim, além dos ambientes acadêmicos universitários, a escola é lugar primordial para a discussão e a realização de práticas decoloniais epistêmicas que não se inserem na hegemonia do pensamento ocidental.

De modo geral, o pensamento pós-colonial decolonial ou os estudos decoloniais têm origem na análise dos contextos históricos sucessíveis do colonialismo, especialmente tratando-se da constituição das identidades da América Latina. A perspectiva decolonial, portanto, refere-se aos estudos pós-coloniais voltados aos efeitos da colonização nas culturas e nas sociedades colonizadas que são partes daquilo que compõe o pós-modernismo. Assim, tais teorias aparecem para confirmar uma perspectiva de análise dessas estruturas sociais, tecendo contribuições teóricas e investigativas heterogêneas sobre a colonialidade. Os estudos decoloniais, que muitas vezes procuram se desvincular dessa relação com o pós-colonialismo, além do mais, intencionam a recuperação de *epistemes* perdidas, apagadas pela modernidade. Em outras palavras, conforme Ballestrin (2017), a postura decolonial busca recuperar as

contribuições latino-americanas do pós-colonialismo anticolonial e, ao mesmo tempo, pretende se afastar do cânone pós-colonial, inserindo a América Latina no debate e realizando, de forma radical, a crítica à modernidade e ao eurocentrismo.

Ainda é importante destacar que, na abordagem decolonial, há a tendência de reescrita e ressignificação do presente e do passado das ex-colônias. Esse reinventar, de acordo com Hamilton (1999, p. 18), é “uma estratégia estético-ideológica que tem em vista protestar contra as distorções, mistificações e exotismos executados pelos inventores colonialistas”. Percebe-se, neste contexto, que as identidades são sempre objeto de análise sejam nas narrativas presentes, sejam nas narrativas passadas, sendo assim, reformuladas, ressignificadas e reconstruídas, em um jogo constante de assimilação e diferenciação para com o “outro”.

Necessariamente, nos estudos decoloniais, ganham evidência as vozes das culturas e dos segmentos sociais que estão situados na periferia das estruturas sociais: imigrantes, minorias raciais, mulheres, pessoas com deficiência, segmentos do movimento LGBTQIA+, entre outros grupos. Nesta abordagem em pauta, a questão da diferença subjugada e deslocada é central para o entendimento dos valores culturais próprios do processo de colonização (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 1989; BHABHA, 2005).

Com o intuito de aprofundar tais discussões, no dossiê que aqui se apresenta, pretendemos contribuir na ampliação e divulgação de trabalhos que abordam estudos decoloniais na educação e, de forma mais específica, no ensino de línguas e de literaturas, trazendo, com isto, um conjunto de nove textos: sete artigos, uma entrevista e uma resenha para fortalecer a discussão.

Entre os artigos deste dossiê, *Direito à literatura indígena e a pluralização do cânone*: um diálogo a partir da concepção de Candido de Rinah de Araújo Souto e Ana Paula Taigy que, traz reflexões inspiradas na concepção de Candido (2001) sobre o direito à literatura. No trabalho em questão, as autoras realizaram um diálogo sobre literatura dos povos originários a fim de estimular a discussão sobre a pluralização do cânone para a historiografia literária brasileira. Por sua vez, Francisco Rogiellyson da Silva Andrade traz, em *Implicações pedagógicas dos multiletramentos decoloniais translíngues para o ensino de leitura*, o escopo de uma metodologia bibliográfica que busca delinear as implicações pedagógicas que os multiletramentos decoloniais translíngues efetuam para o ensino da leitura na escolarização básica.

No terceiro trabalho, o artigo intitulado “*Pedagogia do vírus*”, *gênero e trabalho*: experiências visibilizadas de professoras de espanhol em tempos de pandemia no Sul global, Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista apresenta um recorte de um estudo, realizado em 2020, no qual professores e professoras de línguas do país opinaram sobre o distanciamento social gerado, devido à pandemia da covid-19. A autora analisa o impacto da pandemia nas práticas docentes, nas subjetividades e nas relações interpessoais e pessoais. De forma específica, o artigo retrata a realidade de professoras de espanhol, considerando a relevância de demarcar um universo de profissionais mulheres, dadas as suas idiosincrasias e singularidades, muitas vezes, invisibilizadas devido a um padrão de educação que se impõe como globalmente aceito e aceitável, desconsiderando o localismo das práticas, dos saberes e dos sujeitos, de forma a reforçar situações de colonialidade.

Renato de Oliveira Dering e Gustavo Henrique Gandra, por sua vez, em *Análise da concepção de direitos humanos na BNCC em uma perspectiva decolonial*, apresentam uma discussão sobre a concepção e utilização do termo “Direitos Humanos” presentes no principal documento educacional no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo geral do trabalho é perceber como a BNCC, enquanto

legislação, ainda é uma forma de manutenção da colonialidade do saber nas políticas públicas de educação brasileira, visto que opta pela generalização e apagamento do conhecimento sobre direitos humanos, fragmentando o termo e produzindo conhecimentos hegemônicos ancorados em uma matriz também hegemônica.

Em *Práticas de letramento racial-crítico no Ensino Médio Integrado em uma perspectiva da pedagogia dialógica* de Meire Celedonio da Silva e Rosilene Batista Sales apresentam dados de uma pesquisa realizada no contexto da Educação Profissional, principalmente, em uma turma do terceiro ano do Ensino Médio Integrado (EMI) em Informática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) na disciplina de Língua Portuguesa III com o objetivo de refletir sobre a ampliação do Letramento Racial-Crítico mediado pela literatura em sala de aula.

Já, em *Letramento teatral crítico na sala de aula de língua inglesa: educação linguística e práticas decoloniais*, Lindomar Cavalcande de Lacerda Lima e Rosivaldo Gomes evidenciam reflexões teóricas-analíticas sobre a noção de letramento teatral crítico e, a partir dessa definição, discutem sobre alguns dados de uma pesquisa cujo objeto de análise são práticas outras e de desobediência epistêmica sobre o ensino-aprendizagem de língua estrangeira nas práticas do letramento escolar, especialmente o inglês.

O último artigo do dossiê, *Contribuições do hispanismo brasileiro para os estudos decoloniais: uma análise dos simpósios temáticos do XII CBH*, é o texto de Álvaro José dos Santos Gomes e José Veranildo Lopes da Costa Junior que traz observações sobre algumas das tendências de pesquisa do hispanismo brasileiro a partir de uma perspectiva decolonial. O *corpus* é formado pela lista de simpósios temáticos (ST) do XII Congresso Brasileiro de Hispanistas (CBH), um dos eventos mais importante da categoria no país e aponta uma tendência para um interesse expresso aos estudos decoloniais.

Além dos artigos anteriormente apresentados, o número conta com a entrevista *Una mirada hacia los estudios descoloniales y sus impactos en la educación y la enseñanza de lenguas y literaturas. Diálogo con María Laura Pardo* realizada por Tatiana Lourenço de Carvalho, Dina Maria Martins Ferreira e Lucineudo Machado Irineu com a professora e pesquisadora María Laura Pardo da Universidad de Buenos Aires (UBA), bem como a resenha de Adriana dos Santos Pereira e Ametista de Pinho Nogueira Silva acerca da obra recém-lançada *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias* outras de Cristiane Landulfo e Doris Matos (2022).

Os trabalhos que compõem o número da *Revista Leia Escola* aqui apresentados contribuem, portanto, de forma interdisciplinar, para o avanço das discussões acerca dos estudos decoloniais no âmbito da educação, da linguística e da literatura. Neste sentido, convidamos a todas e todos a realizarem a leitura dos trabalhos em pauta e a estabelecerem o exercício das relações entre os estudos decoloniais e suas práticas cotidianas dentro e fora das instituições de ensino.

Organizadoras

Tatiana Lourenço de Carvalho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Brasil

Jackeline Susann Souza da Silva

Universidad de Salamanca/Espanha

Claudia Regina Rodrigues Calado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Brasil

Referências

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Studies**. Londres, Nova York: Routledge, 1989.

BALLESTRIN, L. Modernidade/Colonialidade sem Imperialismo? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS**, vol. 60, n. 2, 2017, pp. 505-540.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

COSTARD, L. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. **Revista Fronteiras e Debates**. Macapá, V.4, N.7, 2017, pp. 159-175.

HALL, S. Fundamentalismo, diáspora e hibridismo. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAMILTON, R. **A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial**. Anais... IV ENCONTRO DE ESTUDOS COMPARADOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo, USP, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Al. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M.P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.